



Várias associações da esfera jurídica e de Direitos Humanos denunciaram os maus tratos, as torturas e as constantes vulnerações de direitos nos centros penitenciários galegos com especial incidência nos de A Lama e Teixeira. Numha rolda de imprensa celebrada no dia de ontem no Colégio de Advogadas/os de Vigo, mais de médio cento de organizações – entre as que se atopam *Esculca* e *Avogados Novos*- davam a conhecer um comunicado para “pôr em conhecimento da opiniom pública a situaçom de vulneraçom de Direitos Humanos no nosso âmbito profissional”.

A representante do *Observatorio para a Defensa dos Direitos e Libertades Esculca*, Iolanda Ferreiro, lembrou que em dez anos apresentárom-se mais de vinte denúncias em prisons galegas por casos de maus tratos embora somentes numha ocasiom os funcionários fôrom chamados a declarar ante um juiz. Igualmente nas declarações houve referênciam às deficiências sanitárias e alimentárias assim como à super-populaçom nos cárceres. A isto engadiu-lhe as travas com as que se atopam as defesas para visitar às/aos suas/seus clientes e a dificuldade para solicitar as gravações das câmaras dos módulos de isolamento onde, fruto da impunidade, funcionários agredem às/aos presas/os.

Ante esta situaçom as organizações assinantes urgem às administrações a fazer efetivo o respeito aos direitos das pessoas presas, quendas de letradas/os de ofício para o regime penitenciário e que se investiguem até o final as mortes nas prisons.

Um dos exemplos citados foi o do gaditano Javier Guerrero de 33 anos e em greve de fome desde o passado mês de Dezembro na prisom de A Lama. Após perder 20 quilos de peso e

estar com a saúde deteriorada, não tem podido ver nem falar com nenhum familiar desde o seu ingresso. Guerrero entrou em prisão no 2004 por delitos contra a saúde pública e furtos, passou três anos na prisão de Zaragoza e após manter nesse cárcere outra greve de fome, estes anos não se lhe descontaram da sua pena.

Absolto quatro funcionários por vender discos piratas aos presos de Teixeira

Mais de dez anos demorou a Justiça em resolver a acusação que tinham pendentes quatro funcionários do centro penitenciário de Teixeira pela venda ilegal de discos de música. Em 2004 suspeitou-se desta atividade dentro da prisão e o resultado foi uma requisa de mais de 2.000 cópias de discos que os carcereiros vendiam aos presos obtendo uma ganância de entre 2 e 3 euros por cada unidade.

Pelo delito contra a “propriedade intelectual” a petição era de dois anos de prisão e outros tantos de incapacitação mas os quatro funcionários foram absolto por ter prescrito o delito.